

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (COMUS) Biênio 2025-2027.

Ao vigésimo terceiro dia do mês de Setembro de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se de forma virtual os membros do Conselho Municipal de Saúde. Constatou-se a presença do Presidente do COMUS Srº Dênis Eduardo dos Santos e dos Conselheiros Priscila Pimentel titular ABENFO-SC, Otávio José Zini Vieira titular Amigos e Tribos, Claudemir Gonçalves titular CRP/SC, Gustavo Ramalho Bisi titular UNIBAC - União das Associações dos Moradores de Balneário Camboriú, Thaís Regina Uhlig titular AVANTIS – Sociedade Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil Ltda, Schaiany Boeno titular APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Camboriú, Áurea Loch titular Associação de Moradores do Bairro da Barra, Washington Eduardo Picarelli Nalerio titular APAR – Associação dos Pacientes Renais BC, Valdir de Andrade titular Lions Clube Balneário Camboriú Centro, Luciana Eugênia Dalla Nora Galli titular OAB – Ordem dos Advogados do Brasil - 15ª Subseção, Débora Candida Spagnol titular ACAD – Associação Catarinense de Advogados Pela Democracia, Tatiana de Jesus Bueno Franco suplente APAR – Associação dos Pacientes Renais BC, Themis Repp titular Rotary Club de Balneário Camboriú – Praia do Atlântico, Patrícia Nicodemus Valenzuela suplente OAB – Ordem dos Advogados do Brasil - 15ª Subseção, Leise Leite titular Associação de Moradores Amigos do Bairro Taquaras e Alex Fabian Coimbra Casado suplente ACAD – Associação Catarinense de Advogados Pela Democracia.

Presidente Dênis inicia justificando a sua ausência na reunião anterior. Conselheiro Otávio questiona a presença de conselheiros representantes da Gestão na plenária de hoje e nas últimas reuniões. Presidente Dênis informa estar sendo procurado por entidades que foram excluídas do Conselho devido a faltas e lembra que o Regimento Interno do COMUS não prevê que as entidades sejam avisadas pelo Conselho quando da ausência dos seus representantes. Conselheiro Otávio solicita registro em ata da informação que o descumprimento de resoluções do COMUS acarreta em prevaricação. Ele lembra que o Conselho Municipal de Saúde fez uma disposição de um valor para apoio ao evento da entidade CRP/SC e até a presente data ele não foi repassado. Ele informa que a pessoa responsável é a Conselheira Governamental Bianca Maia, que não comparece há mais de 3 reuniões. Conselheiro Gustavo fala sobre o trabalho e o relatório que elaborou enquanto membro representante do COMUS no Comitê de Estadualização do Hospital Ruth Cardoso. Conselheiro Otávio informa que agora o COMUS vai precisar elaborar um parecer sobre o processo de estadualização e as contrariedades que aparecem nele, além de possíveis soluções, e que não se

pode deixar de apontar os problemas verificados. Ele faz a leitura da Resolução 13/2023 e lembra que o documento não impede a estadualização, desde que mantida a administração do hospital pela Prefeitura. Porém, o edital lançado vai de encontro a essa Resolução. Além disso, diversas outras questões seguem sem informações apresentadas, como em relação às filas de espera. Conselheira Débora concorda com o conselheiro Otávio e lembra que o parecer elaborado anteriormente pela comissão era baseado apenas em um protocolo de intenções e em um projeto de lei mas que agora já temos a lei e questões que evoluíram à revelia do entendimento do COMUS e da participação social. Ela fala da necessidade de serem abordadas as questões da contrapartida no relatório a ser elaborado, dos estudos de impacto financeiro e orçamentário e as justificativas da doação do imóvel e dos bens para o Estado. Conselheiro Gustavo lembra da importância de ser incluída uma cláusula de reversibilidade no processo caso não sejam seguidas metas estabelecidas para o bom andamento do atendimento realizado pelo Hospital Ruth Cardoso. Conselheiro Otávio diz que o COMUS deve se manter rígido às suas posições, sem se dobrar ao que queiram e recorda que os conselheiros respondem por suas ações. Ele cobra a apresentação dos benefícios para a saúde de Balneário Camboriú, a manutenção da administração do HRC pelo município, o cronograma das atividades a serem desempenhadas e diz que o parecer deve ser mandado não só para a Prefeitura, como também para o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Conselheira Débora observa que não há nenhuma oficialização de que o valor a ser economizado pelo município após a estadualização será direcionado para a Atenção Básica, e que deveria existir. Presidente Dênis diz que tem um entendimento que esse repasse não será feito, por esse valor estar acima do teto para investimento na Saúde. Conselheiro Otávio explica a legalidade dessa informação. Conselheiro Valdir sugere que o COMUS chame a Secretária de Saúde Aline Leal, a Prefeita Juliana Pavan e o gestor do Hospital Leocádio Giacomello para assinarem um documento onde a Gestão se comprometa a investir o valor na Atenção Básica. Ele também fala que a Prefeita ainda não compareceu ao Conselho Municipal de Saúde. Presidente Dênis propõe a criação de uma comissão para elaboração de um parecer que represente o posicionamento do COMUS no processo de estadualização do Hospital Ruth Cardoso. Conselheiro Otávio explica que o Comitê de Estadualização é meramente sugestivo, e não deliberativo, apenas para fins de acompanhamento. A comissão para elaboração do parecer é formada pelos conselheiros Gustavo, Otávio, Valdir e Débora. Conselheiro Valdir conta que, em visita à Câmara de Vereadores, ficou sabendo que estavam criticando a demora do COMUS em dar devolutivas às solicitações deles. Presidente Dênis explica sobre o regime de encontros quinzenais do Conselho e situações que podem acarretar em maior atraso. Conselheiro Gustavo sugere

investimento em pessoal e estrutura no COMUS, para que as solicitações possam ser atendidas mais rapidamente. Conselheiro Otávio fala sobre a presença da dona Zilá, representante da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Balneário Camboriú, que está acompanhando a reunião, e também sobre o recebimento da lei 5102 de 10 de Setembro de 2025 pedindo crédito adicional à Câmara de Vereadores para algo que já deveria estar na LDO. Presidente Dênis questiona ao conselheiro Claudemir se foi liberada a verba aprovada pelo Conselho para apoio ao Seminário de Psicologia organizado pelo CRP/SC e o conselheiro nega. Presidente Dênis informa que vai buscar informações a respeito do tema. Conselheiro Gustavo sugere que o COMUS notifique às autoridades a respeito da presença dos representantes da próxima reunião, pois o processo de estadualização do hospital está em vias de conclusão. A reunião é encerrada e eu, Isabela Evangelista de Souza, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.

Link para a reunião na íntegra: https://www.youtube.com/live/j60dxs18J34?si=Py0yhN29I2_mD--4 Parte 1

<https://www.youtube.com/live/tvfSvWSrg7o?si=M5L4NocVHI5y0Lme> Parte 2